ÍNDICE SISTEMÁTICO

OBRAS DO AUTOR XIX

NOTA DO AUTOR XXI

Capítulo I – O DIREITO CIVIL 1

1. A formação das condutas no estágio primitivo da sociedade 1
2. A conduta como norma 2
3. A composição dos conflitos 4
4. O direito 5
5. Direito e moral 7
6. O direito e a lei 9
7. Direito natural 10
8. Direito positivo 14
9. Direito público e direito privado 15
10. Direito objetivo e direito subjetivo 19
11. A formação do direito privado 21
12. As codificações do direito civil 25
13. Tendência de unificação do direito privado 27
14. O direito civil brasileiro 28

Capítulo II – FONTES DO DIREITO 33

1. O sentido de fonte 33
2. Classificação das fontes 34
3. A lei 37
   3.1. Origem do poder da lei 38
   3.2. Lei, norma e plebiscito 39

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3. Características da lei 41
3.4. Classificação das leis 42
3.5. Formação e constituição da lei 47
3.6. O processo legislativo 48
4. O costume 52
5. A jurisprudência 56
6. Doutrina 57
7. A analogia 57
8. Princípios gerais do direito 60
9. A equidade 61
10. O direito comparado 63

Capítulo III - DA VIGÊNCIA DA LEI 65

1. O início da vigência da lei 65
2. A *vacatio legis* 67
3. Revogação da lei anterior 68
4. Obrigatoriedade e desconhecimento das leis 71
5. A inconstitucionalidade das leis 73
6. Eficácia da lei no espaço 77
7. A irretroatividade da lei 80
8. Efeito imediato e retroativo das leis constitucionais 82
9. As leis de ordem pública e seu efeito no passado 84
10. Efeitos passados e efeitos futuros da lei 85
11. Efeitos da lei nos fatos pendentes 85
12. A irretroatividade frente às novas condições impostas no exercício de uma atividade 88
13. Incidência das normas de direito monetário e irretroatividade 89
14. Lei nova e expectativa de direito 90

Capítulo IV - INTERPRETAÇÃO DAS LEIS 93

1. Interpretação e compreensão do direito 93
2. Espécies de interpretação 94
3. Técnicas de interpretação 97
4. Interpretação extensiva, literal e restritiva 99
5. Norma, fato e valor 100

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo V – A RELAÇÃO JURÍDICA 101

1. Objeto das normas jurídicas 101
2. O vínculo advindo da norma 102
3. Vínculo, relação obrigacional e relação jurídica 103
4. Decorrências da vinculação à relação jurídica 104
5. Discriminação dos elementos da relação jurídica 105
6. Obrigação jurídica em face dos direitos 106
7. Espécies de direitos originados da relação jurídica 107

Capítulo VI – O EXERCÍCIO DOS DIREITOS 109

1. A capacidade no exercício dos direitos 109
2. Reconhecimento dos direitos e incapacidade para o seu exercício 110
3. Faculdade no exercício dos direitos 111
4. Abuso de direito 112
5. O direito adquirido 118
   5.1. O direito adquirido frente à Constituição Federal 119
   5.2. Alcance do direito adquirido 120
   5.3. Direito adquirido e decisões do Judiciário 121
   5.4. Direito adquirido e expectativa de direito 121

Capítulo VII – AS PESSOAS NATURAIS 123

1. O sentido de pessoa 123
2. A pessoa natural 124
3. Personalidade 125
4. Começo e fim da personalidade 126
   4.1. O nascimento 126
   4.2. O nascituro 127
   4.3. A morte e a declaração de sua presunção 128
   4.4. A comoriência 131

Capítulo VIII – O ESTADO DA PESSOA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE 133

1. O estado das pessoas 133
2. Os estados da pessoa que persistem no direito moderno 134
3. Nacionalidade e cidadania 135

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Direitos da personalidade 137
4.1. Direitos fundamentais 140
4.2. Direito à vida 141
4.3. Direito à saúde 144
4.4. Proteção da personalidade depois da morte 146
4.5. Proteção à integridade física e disposição do próprio corpo 147
4.6. Mudança de sexo 150
4.7. O direito à liberdade 152
4.8. O direito à imagem e à voz 152
4.9. Direito à honra, à dignidade, ao respeito, à privacidade e à intimidade 153
4.10. Direito à igualdade 156
4.11. Direito à identidade 156
4.12. Direito à segurança 157
4.13. Direito ao sigilo 157
4.14. Direito à informação 159
4.15. Direitos de autor 160
4.16. Direitos da personalidade da pessoa jurídica 163
5. Tutela da personalidade e ações de estado 164

Capítulo IX – O NOME 167

1. O nome como fator de identificação das pessoas 167
2. Natureza do nome 169
3. Elementos que compõem o nome 170
4. O registro civil do nome 172
5. Mudança, alteração e retificação no registro 174
6. Registros de expostos e de menores abandonados 176
7. Registro fora do prazo 177

Capítulo X – CAPACIDADE DA PESSOA NATURAL 179

1. Personalidade e capacidade 179
2. Espécies de capacidade e distinções 180
3. Capacidade e incapacidade 181
4. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa 182
5. Os absolutamente incapazes 184
5.1. Os menores de dezesseis anos 186

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2. Os que não têm o necessário discernimento por enfermidade ou deficiência mental 186
5.3 Os impedidos de exprimir a vontade por causa transitória 187
5.4. Causas de incapacidade absoluta afastadas pelo Código de 2002 188
6. Os relativamente incapazes 189
6.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos 191
6.2. Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que têm o discernimento reduzido por deficiência mental 192
6.3. Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo 193
6.4. Os pródigos 194
7. Limitações no exercício dos direitos 195
7.1. Os índios 195
7.2. O cônjuge e o encarcerado ou condenado criminalmente 197
7.3. Os cegos 198
7.4. O marido e a mulher 198
8. Casos especiais que ensejam o reconhecimento da incapacidade 202
8.1. Perturbações mentais 202
8.2. A idade avançada 202
8.3. Doenças 203
8.4. Os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade 203
8.5. Dúvida em relação ao momento em que apareceu a doença e presunção da capacidade 204
9. Normas de proteção aos incapazes 205
10. Cessação da incapacidade 206
10.1. Desaparecimento da causa da incapacidade e advento da maioridade 206
10.2. Antecipação da maioridade 207

Capítulo XI – AUSÊNCIA 215

1. Caracterização 215
2. Finalidade da declaração da ausência 217
3. Hipóteses de declaração da ausência 219
4. Iniciativa na declaração da ausência e arrecadação dos bens 220
5. Arrecadação dos bens e declaração de ausência 220
6. Sucessão provisória 222
7. Sucessão definitiva 226

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XII – PESSOAS JURÍDICAS 229

1. Caracterização 229
2. Conceito e requisitos 230
3. A denominação 233
4. Natureza jurídica 234
5. Visão histórica 237
6. Classificação das pessoas jurídicas 238
   6.1. No pertinente ao campo de ação, ou à finalidade, ou ao objeto 238
   6.2. No pertinente à estrutura organizacional 246
7. Constituição das pessoas jurídicas 250
   7.1. Quanto às pessoas jurídicas de direito público 250
   7.2. Quanto às pessoas jurídicas de direito privado 251
      7.2.1. As associações 251
      7.2.2. As sociedades 255
      7.2.3. As fundações 261
      7.2.4. As organizações religiosas e os partidos políticos 264
8. Direitos, capacidade e representação da pessoa jurídica 265
9. Responsabilidade civil 270
   9.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público 271
   9.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas privadas 273
      9.2.1. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações das pessoas jurídicas 274
      9.2.2. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações fiscais das pessoas jurídicas privadas 278
      9.2.3. Obrigações pessoais dos sócios 280
10. Autorização para o funcionamento das pessoas jurídicas privadas 281
11. Transformação, incorporação, fusão, cisão e alteração das pessoas jurídicas privadas 283
12. Pessoas jurídicas privadas coligadas 287
13. Resolução de quota de sócio e dissolução da pessoa jurídica privada 287
   13.1. Resolução de quota de sócio 288
   13.2. Dissolução da pessoa jurídica 289
14. Formas especiais de pessoas jurídicas privadas 295
   14.1. Cooperativas 295
   14.2. Condomínio 296
   14.3. O empresário individual 297
   14.4. As sociedades não personificadas 298

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

14.5. Entidades ou grupos personificados que não são pessoas jurídicas 302

Capítulo XIII - O DOMICÍLIO 305

1. Conceitos e distinções 305
2. Domicílio e competência 307
3. Domicílio das pessoas jurídicas 309
4. Domicílio de eleição 310
5. Espécies de domicílio 312
6. Mudança de domicílio 313

Capítulo XIV - OS BENS 315

1. O conceito de bem, patrimônio, coisa e objeto 315
2. Características dos bens para serem objeto da relação jurídica 317
3. Classificação dos bens 318
4. Bens corpóreos e incorpóreos 319
5. Os bens considerados em si mesmos 320
   5.1. Bens móveis, semoventes e imóveis 320
      5.1.1. Bens considerados imóveis 322
      5.1.2. Bens considerados móveis 327
   5.2. Bens fungíveis e infungíveis 328
   5.3. Bens consumíveis e inconsumíveis 331
   5.4. Bens divisíveis e indivisíveis 332
   5.5. Bens singulares e coletivos 336
6. Os bens reciprocamente considerados 338
   6.1. Bens principais e bens acessórios 338
      6.1.1. Espécies de bens acessórios 341
   6.2. As pertenças 345
   6.3. As benfeitorias 346
7. Bens considerados em função da titularidade do domínio. Bens públicos .. 349
   7.1. Classificação dos bens públicos 350
   7.2. Caracteres dos bens públicos 356
8. Os bens insuscetíveis de serem negociados 357

Capítulo XV - OS FATOS JURÍDICOS 361

1. Compreensão dos fatos, dos fatos jurídicos e dos negócios jurídicos 361

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Conceito de fato jurídico 364
3. Classificação dos fatos jurídicos 365
4. Formação e aquisição dos direitos 366
5. Direitos deferidos e direitos não deferidos 368
6. Modos de aquisição dos direitos 369
7. Modificação dos direitos 370
8. Defesa dos direitos 372
9. Perecimento ou extinção dos direitos 374

Capítulo XVI – NEGÓCIOS JURÍDICOS 379

1. O negócio jurídico no Código Civil 379
2. A teoria do negócio jurídico 381
3. Classificação dos negócios jurídicos 383
4. A manifestação da vontade nos negócios jurídicos 384
5. Interpretação dos negócios jurídicos 386
6. Requisitos dos negócios jurídicos 389
   6.1. Agente capaz 390
   6.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável 391
   6.3. Forma prescrita ou não defesa em lei 393
   6.4. O consentimento 395
7. Decorrências naturais e acidentais 396
8. Invocação da incapacidade relativa em proveito próprio 397
9. A representação e a assistência 398

Capítulo XVII – A REPRESENTAÇÃO 401

1. Conceito 401
2. Distinções 402
3. Elementos da representação 404
4. Espécies de representação 405
5. Incidência dos efeitos da representação 406
6. Representação no negócio consigo mesmo 407
7. Prova e extensão dos poderes na representação 409
8. Conflito de interesses na representação 409
9. Requisitos e efeitos da representação 410

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XVIII - DA CONDIÇÃO, DO TERMO, DO PRAZO E DO ENCARGO 413

1. Espécies de elementos que compõem os atos ou negócios jurídicos 413
2. Condição 414
   2.1. Classificação das condições 415
3. Termo 425
   3.1. Espécies de termos 426
   3.2. Incidência das regras da condição ao termo 427
4. Prazo 429
5. Encargo ou modo 434

Capítulo XIX - DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 437

1. Vícios de vontade e defeitos do consentimento 437
2. Erro ou ignorância 439
   2.1. Classificação do erro 439
   2.2. Execução do negócio de conformidade com a vontade real 447
   2.3. Casos específicos de ignorância 448
3. Dolo 448
   3.1. Classificação do dolo 449
4. Coação 454
   4.1. Requisitos da coação 455
   4.2. Coação por ameaça do exercício normal de um direito e por temor reverencial 457
   4.3. Coação exercida por terceiro 457
   4.4. Coação por sugestão hipnótica e a pressuposição 458
5. O estado de perigo 459
6. A lesão no direito 461
   6.1. Fundamentos da lesão 463
   6.2. Natureza da lesão 463
   6.3. Requisitos e elementos identificadores da lesão 465
   6.4. A lesão e a lei que trata dos crimes contra a economia popular 466
   6.5. Contratos anuláveis pela lesão 467
   6.6. A lesão e a onerosidade excessiva 468
7. Fraude contra credores 469
   7.1. Contratos suscetíveis de anulação por fraude 469
   7.2. Negócios presumidos de boa-fé 472
   7.3. Fraude e falência 473

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.4. Ação própria para anular o contrato 474
7.5. Fraude de execução 476

Capítulo XX – INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO POR NULIDADE 479

1. Abrangência da invalidade 479
2. Inexistência do negócio e a ineficácia 481
3. A nulidade do negócio jurídico 482
4. Espécies de nulidade 485
5. Causas de nulidade 486
   5.1. Pessoa absolutamente incapaz 486
   5.2. Objeto do negócio ilícito, impossível ou indeterminável 487
   5.3. Ilicitude do motivo determinante, comum a ambas as partes 489
   5.4. Negócio não revestido da forma especial prevista em lei 489
   5.5. Negócio praticado com a preterição de alguma solenidade essencial 490
   5.6. Negócio visando fraudar lei imperativa 491
   5.7. Negócio nulo ou proibido por expressa declaração da lei, sem estabelecer alguma sanção 492
   5.8. Simulação 493
      5.8.1. Características e requisitos 494
      5.8.2. Espécies 495
      5.8.3. Simulação e dissimulação 496
      5.8.4. Reserva mental 496
      5.8.5. Simulação na interposição de pessoa 497
      5.8.6. Simulação através de declaração, confissão ou condição não verdadeira 498
      5.8.7. Simulação de data 498
      5.8.8. Alegação da simulação pelos próprios contratantes 498
      5.8.9. Terceiros de boa-fé e legitimidade para arguir a simulação 500
6. Legitimidade para alegar a nulidade 500
7. Impossibilidade de confirmação do negócio nulo e sua imprescritibilidade 502
8. Efeitos da sentença que decreta a nulidade 503
9. Supressão das nulidades e conversão do negócio 504

Capítulo XXI – INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO POR ANULABILIDADE 505

1. Conceito e decorrência da imperfeição da vontade 505
2. Negócios anuláveis 506

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Distinção relativamente às nulidades 507
4. Efeitos da desconstituição do negócio anulável 508
5. Confirmação dos negócios anuláveis 509
6. Invalidade do instrumento 512
7. Invalidade parcial do negócio, da obrigação principal ou da obrigação acessória 513
8. Negócios praticados por menores relativamente incapazes 514
9. Ocultação dolosa da idade pelo menor 515
10. Responsabilidade do menor na prática de negócios ilícitos 516
11. Obrigação anulada e restituição do valor pago a incapaz 517
12. A decadência no negócio jurídico para a anulação 518

Capítulo XXII - ATO JURÍDICO LÍCITO E ATO ILÍCITO 519

1. Atos lícitos e atos ilícitos 519
2. Manifestações da conduta na prática do ato ilícito 521
3. Ato ilícito e culpa 522
4. Dolo e culpa 524
5. Formas da culpa propriamente dita 525
6. Classificação da culpa 526
7. Da culpa à responsabilidade 528
8. Elementos da responsabilidade 529
9. Responsabilidade subjetiva 531
10. Responsabilidade objetiva 532
11. Aplicação da responsabilidade subjetiva e objetiva 533
12. Situações excludentes de ilicitude 536
    12.1. O estrito cumprimento do dever legal 541
13. Responsabilidade civil do Estado 542
14. O dano 548
    14.1. Dano patrimonial 550
    14.2. Dano moral 551
    14.3. Dano contratual e extracontratual 556
    14.4. Dano indireto 557
    14.5. Danos patrimoniais, estéticos e morais 559

Capítulo XXIII - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 563

1. Temporariedade da vida dos direitos 563

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Prescrição e decadência 564
3. Prescrição e decadência frente à classificação das ações 568
4. Fundamento da prescrição e da decadência 570
5. Natureza de ordem pública da prescrição e faculdade em as partes estabelecerem a decadência 571
6. Espécies de prescrição 572
6.1. Prescrição intercorrente 574
7. Prescrição como exceção 577
8. Prescrição, perempção e preclusão 578
9. Renúncia à prescrição 579
10. Momento e legitimidade para a alegação da prescrição 581
11. A prescrição e as pessoas jurídicas de direito privado e de direito público 582
12. A prescrição quanto aos relativamente incapazes e às pessoas jurídicas 585
13. Sucessão na prescrição 586
14. Possibilidade de o juiz decretar de ofício a prescrição que envolve direitos de pessoas absolutamente capazes 587
15. A prescrição dos direitos acessórios 588
16. Suspensão da prescrição 589
17. Interrupção da prescrição 592
17.1. Interrupção da prescrição e improcedência ou extinção da ação 598
18. O recomeço da prescrição interrompida 600
19. Legitimidade para promover a interrupção da prescrição 601
20. Citação nula e prescrição 602
21. A extensão da prescrição frente a terceiros e solidariedade 603
22. Prazos da prescrição 605
22.1. Prazo ordinário 606
22.2. Prazos especiais 608
22.2.1. A pretensão para o pagamento das despesas de hospedagem e de alimentação 609
22.2.2. A pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele 610
22.2.3. A pretensão na percepção de emolumentos, custas e honorários de árbitros e peritos 612
22.2.4. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima 612
22.2.5. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes 613
22.2.6. Pretensão a prestações alimentícias 614

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

22.2.7. Pretensão às prestações relativas a aluguéis 615
22.2.8. Pretensão ao recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias 616
22.2.9. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias 616
22.2.10. Pretensão ao ressarcimento por enriquecimento sem causa 617
22.2.11. Pretensão à reparação civil 617
22.2.12. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé 618
22.2.13. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas 619
22.2.14. Pretensão para haver o pagamento de títulos de crédito 620
22.2.15. Pretensão do beneficiário e do terceiro prejudicado ao seguro obrigatório 622
22.2.16. Pretensão relativa à tutela 625
22.2.17. Pretensão para a cobrança de dívidas líquidas 626
22.2.18. Pretensão dos profissionais liberais, dos procuradores judiciais, dos curadores e professores por seus honorários 626
22.2.19. Pretensão para reaver o que se despendeu em juízo 627
22.2.20. A pretensão nas dívidas trabalhistas e no FGTS 628
22.2.21. Pretensão nas obrigações da União, dos Estados, Municípios e de outros órgãos públicos 629
22.2.22. Pretensão no direito de autor 636
22.2.23. Pretensão para a reparação do dano moral por crime de imprensa 638
22.2.24. Pretensão nas sociedades por ações 639
22.2.25. Pretensões sobre as águas públicas 640
23. Início do prazo prescricional da ação indenizatória por ilícito penal 641
24. A prescrição e o cumprimento da pretensão indenizatória 642
25. A decadência no Código Civil 644
26. Exemplificações de decadência 646

Capítulo XXIV - A FORMA E A PROVA NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 659

1. Distinções. Conceito e importância da forma 659
2. A forma livre 661
3. A forma especial 662
4. O formalismo e o consensualismo 664
5. A escritura pública e outros instrumentos para o suporte de atos ou negócios formais e atos ou negócios não formais 665

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. A prova nos negócios jurídicos. Conceito e finalidade 670
7. Requisitos para a admissibilidade da prova 672
8. O ônus na produção da prova 674
9. A prova e os fatos notórios 677
10. A forma livre e a forma especial da prova 678
11. Os meios de provas 680
11.1. A confissão 680
11.2. Os documentos 684
11.2.1. A presunção de veracidade das declarações constantes nos documentos 685
11.2.2. Prova da anuência ou autorização para a prática de um ato ou negócio 686
11.2.3. Cláusula que estabelece o instrumento público 687
11.2.4. A obrigatoriedade da escritura pública como prova e documentos públicos 687
11.2.5. Os documentos particulares 690
11.2.6. Autenticação do documento 693
11.2.7. O *fac-símile* 694
11.2.8. As cartas e os registros domésticos e os livros comerciais como provas 695
11.2.9. A prova da data nos documentos para valer contra terceiros ... 696
11.2.10. Autoria dos documentos 698
11.2.11. Regulamentação da prova documental 699
11.3. As testemunhas 700
11.3.1. Espécies de prova testemunhal 701
11.3.2. Pessoas que não podem testemunhar 701
11.3.3. Escusas permitidas para não depor 705
11.3.4. Restrições à prova exclusivamente testemunhal 707
11.3.5. O ato da ouvida da testemunha 710
11.4. A presunção 712
11.4.1. Espécies de presunções 713
11.5. Perícia 715

BIBLIOGRAFIA 721

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br